

CIÊNCIA E PRECONCEITO: A EPILEPSIA E OS LIMITES DO SABER MÉDICO NO BRASIL. 1859 – 1906.

Aluno: Leonardo Martins Barbosa
Orientadora: Margarida de Souza Neves

Introdução

O projeto de pesquisa *Ciência e Preconceito*, orientado pela professora Margarida de Souza Neves, analisa o discurso médico sobre a epilepsia entre os anos de 1859 e 1906. A análise do discurso médico busca preconceitos sociais presentes em uma fala que se diz verdadeira pela crescente hegemonia do pensamento científico, que se pretende neutro e universal. Neste projeto geral se inserem temas mais específicos, dentre os quais o aqui apresentado, que busca analisar a relação estabelecida entre o médico e o mundo familiar, tendo como referência a epilepsia e no período delimitado pelo Projeto maior no qual esse sub-tema se insere.

Objetivos

Este projeto tem como objetivo, ao tomar como referência o discurso médico presente nas teses sobre epilepsia no final do século XIX, e relacioná-lo com o projeto de sociedade que transparece neste discurso, analisar as relações estabelecidas entre este novo ator – o médico formado pelas Faculdades de Medicina – e as famílias, tanto aquelas do mundo da Casa como as do mundo da Rua. O projeto tem ainda como objetivo analisar a relação estabelecida entre a classe médica, o Estado brasileiro, e o mundo da Casa, representado pelas famílias da chamada “boa sociedade”. Trata-se de verificar como o discurso médico influenciou nas formulações do discurso da ordem, e se trouxe como consequência uma interferência autoritária da Ciência – através do Estado – no mundo da Rua. O trabalho busca verificar como os preconceitos sociais presentes, também, no discurso médico condicionam a participação desses profissionais na reconstrução da ordem social hierárquica e excludente no final do século XIX. O discurso científico sobre a epilepsia, dentro deste quadro, permitirá identificar o lugar de enunciação dos médicos, a recepção desse discurso autorizado pelas famílias e os sentidos assumidos pela fala dos médicos ou dela inferidos.

Metodologia

Para realizar este trabalho são fundamentais, do ponto de vista teórico, os conceitos de *Casa*, *Rua*, e *Governo* e a leitura política das elites brasileiras acerca desses mundos: a *Ordem*, a *Desordem* e a *Autoridade* [1]. Ao utilizar esses referenciais teóricos, pretendo analisar como os médicos e seu discurso, representativo da ciência e por ela autorizado, interage com os valores, projetos e pressupostos dos setores dirigentes da sociedade brasileira. Os procedimentos a serem seguidos pretendem por em evidência a relação médico-paciente e médico-famílias de pacientes nas teses de medicina produzidas entre os anos de 1859 e 1906. Outras fontes importantes – pelo caráter de diálogo que trazem – são alguns artigos médicos, entre os quais os do médico Juliano Moreira, nos quais o autor defende a construção de colônias para *epiléuticos* e uma postura mais firme do Estado para controlar os doentes com epilepsia provindos de famílias populares. O manual de medicina de Cernovicz, muito popular nesta época, também foi uma importante fonte que mostra o discurso médico diretamente voltado para as famílias. O conceito foucaultiano de *normatização*[2] também se constitui em referencial teórico do trabalho, pressuposta uma postura de crítica, que não assuma a perspectiva da existência de uma Ordem Médica

unilateral e independente da realidade social. O discurso científico será visto como algo que se constrói dentro de setores conservadores e dirigentes da sociedade brasileira, com pontos de convergência e de divergência, e mantém um estreito vínculo com uma ordem social hierárquica e excludente construída no Império do Brasil, e que irá se reconstruir ao final do século, com uma presença cada vez mais significativa de atores sociais ligados ao campo da medicina.

Conclusão

As conclusões não são definitivas, pois a pesquisa ainda está em andamento, no entanto algo já pode ser dito. Os médicos ganharam prestígio no Brasil à medida que sua relação com o mundo da Casa se estreitou. A elite médica provinha em grande parte das grandes famílias, e atuava, principalmente, nesse universo social. O tratamento dado à epilepsia neste espaço social era baseado em preconceitos que tendiam demonizar e esconder o doente. A doença parecia simbolizar a desordem da Rua entrando no mundo da Casa. A epilepsia, em suas manifestações dramáticas, não se subordinava ao discurso normativo e positivo da ciência e da medicina, perfeitamente capaz de identificar a doença, mas, no estágio do conhecimento médico de então, incapaz de lidar com ela cientificamente. Além disso, a doença não parecia respeitar as hierarquias sociais, atingindo igualmente a indivíduos de diferentes lugares sociais. Os médicos deveriam realizar a tarefa árdua de lidar com a epilepsia de uma maneira muito delicada dentro de famílias proprietárias e de prestígio, principalmente devido ao poder destas e ao forte peso simbólico da doença e, ao mesmo tempo, fornecer ao Estado pistas para lidar com as pessoas com epilepsia provenientes de meios populares.

A análise e leitura de teses, artigos e leituras complementares mostram como, no período estudado, o prestígio médico no mundo da Casa aumenta e se amplia a presença médica nas instâncias de direção da sociedade brasileira, principalmente após o advento da microbiologia, quando o médico passa a ser visto como um instrumento da Ciência [3] ao invés de ter a ciência como seu instrumento, o que lhe confere um novo tipo de autoridade. Dentro deste quadro de afirmação do discurso médico no mundo da Casa e do Governo, o pensamento sobre a epilepsia, dado o estágio do conhecimento ocidental da época, não avança. A doença continua a ser, ao mesmo tempo, um risco para a autoridade do discurso médico e um constante motivo para um aumento de sua participação em outros âmbitos que não o da saúde. A intervenção médica em relação a doentes com epilepsia pertencentes a famílias ricas e prestigiosas é feita através de um acompanhamento íntimo, no qual o médico se torna conselheiro, faz parte da rede de relações da família e encarrega a família da guarda e dos cuidados para com o enfermo. A relação estabelecida com doentes com epilepsia de setores populares e marginalizados se dá através do uso da autoridade do Estado, e justifica a institucionalização e exclusão do convívio social desses enfermos, que deveriam ser tratados em colônias – sejam elas especiais para pessoas com epilepsia, ou não – que tem por objetivo contribuir para excluir das ruas os que, por sua doença, poderiam representar desordem e descontrole nas ruas e, também pela doença, evidenciavam os limites de um discurso que se revestia da autoridade incontestável da ciência: o discurso médico.

Referências

- 1 - MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. 311 p.
- 2 - COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 282 p.
- 3 - SAYD, Jane Dutra. **Mediar, Mediar, Remediar: Aspectos da Terapêutica na Medicina Ocidental**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 193 p.